

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008955-15.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro**  
Requerente: **JANAINA DOS SANTOS DE SOUZA**  
Requerido: **CAIXA SEGURO SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido seguro de vida por intermédio da ré, como condição obrigatória para obter financiamento imobiliário que tencionava.

Alegou ainda que no mesmo ato da contratação foi informada pela funcionária da ré que depois de um ano poderia pleitear a rescisão desse seguro.

Todavia, após decorrido o prazo de vigência do contrato veio a descobrir que tal seguro poderia ser cancelado no prazo de sete dias úteis a partir da data da contratação, bem com sua adesão era facultativa e não obrigatório com lhe foi dito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

esse título.

Requer assim a devolução do valor que pagou a

procedimento.

A ré, a seu turno, sustentou a regularidade de seu

Como se vê, é incontroversa a aquisição pela autora do seguro de vida mencionado nos autos.

Por outro lado a autora entende que faz jus à devolução integral do valor que pagou eis que não haveria obrigatoriedade na sua contratação, acenando, para tanto, com a violação do direito de informação.

não prospera.

Assim posta a divergência reputo que o pedido

Em princípio poderia constituir a denominada “venda casada”, se imposta ao financiado, sendo vedada pelo art. 39, inc. I, do CDC.

Não obstante, tomando em conta a necessidade da medida, além da circunstância de que em caso de sinistro a seguradora nas condições estipuladas estaria obrigada a realizar a cobertura contratada, não adveio daí prejuízo à autora a demandar repetição.

Ou seja, o prazo de validade do seguro iniciou-se em 09/10/2013 esgotando-se após um ano, não restando dúvidas que no período segurado a autora fazia jus a contraprestação da ré, em caso de sinistro.

restituição pretendida.

Por essa razão, mas vislumbro lastro para

deduzida.

Não prospera nesse contexto a pretensão

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 08 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**